ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: análise da atuação das UNATIs a partir das perspectivas de gênero e de classe

Anandra Vitório Vasconcelos¹ Solange Maria Teixeira²

RESUMO

O envelhecimento é um processo biopsicossocial e que se dá de forma heterogênea, ou seja, varia entre os indivíduos, mas com similaridades a partir das inserções no mundo produtivo e cultural. O presente estudo teve por objetivo analisar o envelhecimento e as velhice sob a perspectiva das determinações de classe e gênero e as necessidades educativas numa dimensão não profissionalizante e as experiências de Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs). Trata-se de um estudo realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que atuação das UNATIs no Brasil são insuficientes para contemplar os diversos perfis de pessoas idosas brasileiras.

Palavras-chave: Envelhecimento. Velhice. Educação.

ABSTRACT

Aging is a biopsychosocial process that occurs in a heterogeneous way, that is, it varies between individuals, but with similarities based on their insertions in the productive and cultural world. This study aimed to analyze aging and old age from the perspective of class and gender determinations and educational needs in a non-professionalizing dimension and the experiences of Open Universities for the Elderly (UNATIs). This is a study based on bibliographical research. It is concluded that the actions of UNATIs in Brazil are insufficient to contemplate the different profiles of Brazilian elderly people.

Keywords: Aging. Old age. Education.

1 INTRODUÇÃO

Há muito considerado um processo apenas biológico, o envelhecimento passa a ser reconhecido como um processo biopsicossocial e cultural, que perpassa questões complexas que dizem respeito ao contexto em que a pessoa idosa está

² Universidade Federal do Piauí – UFPI; Pós- Doutora em Serviço Social; solangeufpi@gmail.com.













¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI; Mestranda em Políticas Públicas; anandra.seso@gmail.com.



inserida e como ela se relaciona na sociedade. Nesse sentido, reconhecer esses sujeitos como seres repletos de interesses e subjetividades, de diferenças e similaridades é fundamental para a compreensão da diversidade dos modos de envelhecer e da importância da formulação e execução de políticas públicas voltadas a esse público.

Infere-se que a população idosa vem crescendo mundialmente, no Brasil essa realidade não é diferente e, como fatores, podemos atribuir a urbanização, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mais aceitação de métodos contraceptivos, avanço relacionados à melhoria da saúde, além da melhoria da qualidade de vida da população a partir da expansão de informações e conhecimentos e do acesso às políticas sociais.

É nesse contexto, que se ressalta a importância de programas e projetos voltados para a estimulação de um envelhecimento ativo que implique em um desenvolvimento biopsicossocial para o indivíduo, tais quais as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs). Nelas são executadas atividades relacionadas à educação para pessoas idosas e são vinculadas às universidades espalhadas pelo país.

Apesar de terem grande importância para a formação e desenvolvimento desses indivíduos, é importante destacar também que as UNATIs não contemplam a todo o público idoso, uma vez que não leva em consideração, por muitas vezes, as perspectivas de classe e gênero. É com o objetivo de abordar essas questões que este artigo foi elaborado.

Para tanto, este trabalho está subdividido em 5 partes. Inicia-se com esta introdução, em seguida, o segundo tópico aborda "As perspectivas de Envelhecimento", trazendo duas compreensões acerca desse processo. Posteriormente, "Envelhecimento no Brasil: um processo heterogêneo", que perpassa o contexto de gênero e classe da velhice no país. Depois, trata-se de "Envelhecimento e UNATIs" e aponta importâncias e falhas no processo de reinserção











da pessoa idosa na sociedade. Por fim, a conclusão, que traz uma síntese do que foi abordado durante essa discussão e aponta uma sugestão de novos estudos.

2 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O ENVELHECIMENTO

O estudo do envelhecimento perpassa algumas perspectivas que se fazem importantes para o entendimento da gerontologia, uma vez que põem em contexto fatores que interferem ou não na compreensão do processo. Teixeira (2021) traz a reflexão de Carvalho (2013) a partir da concepção de Carbonelle (2010), e aponta que essas ideias são sintetizadas em duas perspectivas, a francófona e a anglosaxônica. Elas correspondem a diferentes formas de reconhecimento do processo de envelhecimento.

Em primeiro lugar, vale apontar que a francófona está relacionada ao contexto teórico-metodológico do positivismo e, aponta, levando em conta o modelo biológico, que o envelhecimento é um processo comum a todos e dessa forma se dá de forma homogênea, uma vez que biologicamente, todos seguem o mesmo percurso e este é marcado pela redução de funções orgânicas e físicas que tornam as pessoas idosas frágeis, vulneráveis e necessitadas de proteção social. Nessa perspectiva o envelhecimento e a velhice são vistos como decadência, improdutividade, inatividade e doentio, devendo ser protegido pelo poder público.

A segunda perspectiva, anglo-saxônica, leva em consideração que o ciclo da vida passa por adaptações e mudanças e, nesse sentido, o ser humano está sujeito às alterações que decorrem de suas escolhas, hábitos e comportamentos. Ademais, isso varia de indivíduo para indivíduo. Assim, ainda conforme a autora, essa perspectiva, que se volta ao individualismo ou subjetivismo com fundamento no sujeito humanista/renascentista, aponta que o envelhecimento se dá de forma heterogênea. Nesse ponto de vista, Teixeira (2021) faz uma crítica ao individualismo, pois, deixa de considerar determinantes comuns que geram cartas similaridades pelas vivências das mesmas condições de vida, trabalho e saúde, ou seja:











As desigualdades sociais geradas pelas estruturas e pelos interesses antagônicos das classes sociais, do modo de inserção no mundo do trabalho, do acesso aos recursos, bens e serviços criados socialmente (apropriados por poucos, os detentores dos meios de produção) não são compreendidos como capazes de modificar e interagir com os determinantes biológico-orgânicos previstos geneticamente para a espécie (TEIXEIRA, 2021, p. 77).

A partir do exposto, pode-se inferir que, neste estudo, leva-se em consideração a perspectiva apontada por Teixeira (2021), que compõem as análises da gerontologia social crítica para a qual o fenômeno não se desvencilha das condições materiais e subjetivas de existência numa determinada sociedade, logo, elementos biológicos, psicológicos e sociais interagem um sobre os outros, são codeterminantes. Os elementos sociais incluem tanto os macroeconômicos como os culturais, incluindo os imbricamentos de classe, gênero e raça/etnia. Apenas os fatores biológicos não contemplam, por si só, a vida humana e que, conforme explica a autora, os fatores psicossociais merecem ser levados em consideração, uma vez que interferem na mudança do percurso de vida dos indivíduos.

3 ENVELHECIMENTO NO BRASIL: um processo heterogêneo

O envelhecimento é um processo ao qual todo aquele que nasce, está sujeito. Desse modo, é importante reconhecê-lo como um importante aspecto para a vida e desenvolvimento da sociedade. No Brasil, a longo prazo, faz-se necessário compreender e garantir direitos aos sujeitos envelhecidos, porque a população idosa vem crescendo com o passar do tempo. É o que apontam os dados do IBGE (2021).

Na pirâmide etária a seguir, pode-se perceber que, comparando os anos de 2012 e 2021, a base vem se tornando mais estreita à medida que a ponta está mais larga. Isso permite compreender que a taxa de natalidade vem diminuindo e a população tem envelhecido cada vez mais. No ano de 2012, a população idosa de 60 a 65 anos era ligeiramente menor do que no ano de 2021 e ao analisar a população com 80 anos e mais, percebe-se um aumento maior.













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

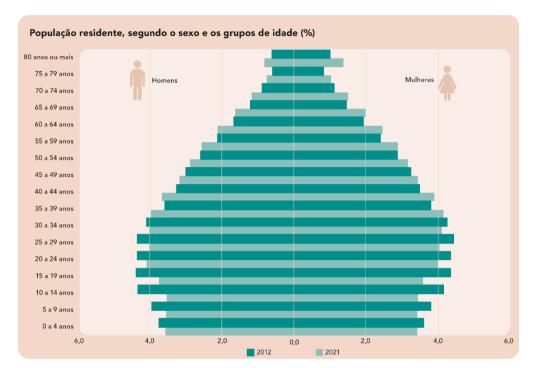


Gráfico 1 – População residente, segundo sexo e os grupos de idade (%)

Fonte: IBGE (2021)

Ademais, é possível perceber que a compreensão do envelhecimento, como bem demonstra o gráfico, perpassa também a questão de gênero e é possível destacar que a população idosa, faixa compreendida a partir dos 60 anos, em sua maioria, é de mulheres. Assim, ao observar que a quantidade de mulheres idosas cresceu mais que a quantidade de homens idosos, pode-se destacar algumas causas relacionadas ao comportamento em sociedade de ambos os sexos, é o que aponta a Organização Mundial da Saúde.

Algumas mulheres são forçadas a largar o trabalho remunerado para assumir os cuidados com a família. Outras nunca têm acesso ao trabalho remunerado, já que cuidam de filhos, pais idosos, cônjuges e netos em tempo integral. Por outro lado, homens jovens e adultos estão mais sujeitos a lesões incapacitantes ou morte devido à violência, aos riscos ocupacionais e ao suicídio. Também assumem comportamentos de maior risco, como fumar,













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

consumir bebidas alcoólicas e drogas e se expor desnecessariamente ao risco de lesões (OMS, 2005, p.20).

Diante do exposto, compreende-se que o envelhecimento não é um processo homogêneo e que não corre de forma igual para todas as pessoas, mas é heterogêneo e depende de vários fatores, tais quais o gênero, classe social e raca/etnia. Além disso, ao falar de envelhecimento, também é possível identificar questões relacionadas à perspectiva de classe e, sob essa ótica, entende-se que há diversidade na forma como as classes sociais envelhecem, havendo um hiato e abismo social entre o envelhecimento da classe trabalhadora e o da classe dominante. É para a classe trabalhadora e suas frações de classes que o envelhecimento é precoce, com maiores índices de adoecimento, dependência de cuidados familiares, de baixa renda, outros ainda o vivenciam com abandonos, institucionalizações, negligência, violências diversas e outros infortúnios gerados socialmente.

É possível exemplificar essa diversidade ao levar em consideração a diferença existente entre o envelhecimento do trabalhador e o envelhecimento do seu empregador. Para o primeiro, esse processo se dá de forma mais rude e mais arraigada a preconceitos, enquanto o segundo vive essa fase de forma mais branda e ganha reconhecimentos por parte da sociedade.

> Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (TEIXEIRA, 2009, p. 64).

Nesse sentido, o envelhecimento, que ainda é assolado por preconceitos e estigmas, acaba sendo, conforme Teixeira (2009), vivenciado de diferentes formas conforme a classe do indivíduo. Além desse demarcador social destaca-se o de gênero que diferencia o envelhecimento entre homens e mulheres, mas também internamente entre as mulheres, pois, a feminilidade, maternidade, fragilidade e













delicadeza atribuídas às mulheres nunca foi atribuída às mulheres negras, que quando envelhecem sofrem ainda mais discriminações.

Assim, é para a classe trabalhadora que seu envelhecimento é uma expressão da questão social ou atravessado por estas múltiplas manifestações o que implica na existência da necessidade de ações do Estado e da sociedade a fim de se comprometerem com aqueles que exerceram grande contribuição no desenvolvimento socioeconômico do país.

Dentre as formas de respostas estatais tem-se políticas sociais de acesso à renda na velhice, moradia, saúde e educação. Em relação à educação não formal, pois, não visa capacitação para o mercado de trabalho e sim para a cidadania, para o crescimento pessoal e coletivo, fortalecimento de laços e inclusão social, destacam às Universidade Abertas à Terceira Idade.

4 ENVELHECIMENTO E UNATIS

O envelhecimento perpassa por preconceitos que atrelam esse processo a uma visão negativa de existência, e por vezes a pessoa idosa é associada à inutilidade, à falta de competência e vista como alguém que não contribui mais com a sociedade, isso faz com que elas sejam excluídas e tenham seus direitos desrespeitados.

Nesse sentido, a Lei 8.842/1994, que trata da Política Nacional do Idoso (PNI) assegura os direitos sociais da pessoa idosa a partir de condições de promoção de sua autonomia e participação social. Nesse contexto, no que tange à educação, o Capítulo IV, Artigo 10, Inciso III, alínea f traz que é competência dos órgãos públicos "apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber" (BRASIL, 1994).

Diante disso, pode-se trazer a importância das Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs). Conforme Assis *et al.* (2016), o surgimento das escolas abertas à terceira idade no Brasil adveio com o Serviço Social do Comércio (Sesc) de













São Paulo. A partir de 1980, essa realidade se estendeu por diversas áreas do Brasil e hoje existem cerca de 200 universidades para a terceira idade no país.

Infere-se que elas buscam integrar a pessoa idosa ao meio social a partir de atividades que contemplem as suas habilidades e que contribuam com a comunidade e com o desenvolvimento de novos aprendizados que permitam o alcance de um envelhecimento ativo. Deve-se ressaltar que os organismos internacionais como ONU, OMS e Gerontologia Social Internacional difundem a noção de envelhecimento ativo como antídoto à institucionalização e isolamento e solidão na velhice. Mas, resta perguntar quem teria acesso à Universidade? Quem se beneficia destas inciativas?

Entretanto, muitas análises apontam que entre a lei e o atendimento das necessidades educacionais da população idosa no Brasil, com vista a esta inclusão social, ainda é pequena e favorecem mais grupos de pessoas idosas de classe média, aposentadas ou pensionistas, elas não contemplam de forma unânime o público-alvo.

Assim, apesar do vasto arcabouço legal, constata-se que existe um hiato entre essas leis e a garantia dos direitos sociais das pessoas idosas, embora as temáticas da educação e da participação social tenham sido contempladas nos diferentes textos. As oportunidades de educação e de participação social devem ser verdadeiramente garantidas visando a uma melhoria geral da qualidade de vida e um exercício amplo do direito de cidadania (ASSIS *et al.*, 2016, p. 201).

Além do citado pelas autoras, pode-se acrescentar ainda que existe uma carência na oferta de serviços pelas universidades brasileiras, não mobilização de grupos de pessoas idosas de baixa renda, que tem mobilizado mulheres de classe média e que negam a velhice, por se sentirem com energia e introjetarem a ideologia da terceira idade como a melhor idade, idade do lazer, do prazer e autocuidados. Nem sempre a literatura decorrente destas experiências leva em consideração as questões de classe, gênero e raça/etnia no acesso aos serviços. É possível perceber que existe, por parte delas, um planejamento voltado a um público tratado de forma homogênea.

Entende-se que homogeneizar o processo de envelhecimento prejudica o bom funcionamento das atividades e, consequentemente, o desenvolvimento das pessoas













idosas no contexto social, além de não minimizar as desigualdades sociais, pois, trata a todos da mesma forma desconsiderando os que enfrentam maiores níveis de desigualdades sociais. Nesse sentido, a ideia de funcionamento dessa política pode gerar a falsa ideia de que o público-alvo está sendo contemplado, quando na verdade, não está.

Generalizar para a velhice o que pode ser vivido por apenas uma minoria de velhos é avançar o 'sinal vermelho' do semáforo da ciência. Não levando em conta as condições objetivas de trabalho na sociedade capitalista, suas representações fazem parte do mundo da pseudoconcreticidade (HADDAD apud COSTA et al, 2016, p. 77).

Para tanto, observando os aspectos abordados neste estudo, faz-se importante a compreensão da heterogeneidade do processo de envelhecimento para que o público das ações do Estado e da sociedade seja, de fato, alcançado e dessa forma possa ser integrado ao contexto social ao qual pertence e sinta-se de alguma forma contribuinte com o meio em que vive.

5 CONCLUSÃO

Envelhecer é um processo intrínseco a todo ser vivo e, para o ser humano, a fase da velhice é perpassada por questões ligadas a preconceitos e a desrespeito aos direitos da pessoa idosa. O envelhecimento, portanto, deve ser compreendido na perspectiva biopsicossocial e levar em consideração que cada indivíduo, conforme sua filiação de classe, sexo e cor da pele tem uma trajetória de vida diferente e alguns com marcas de opressões, explorações e maior desigualdade social que os aproximam ou geram diferenças abismais.

As perspectivas teóricas de compreensão do envelhecimento na gerontologia social, seja a francófono ou a anglo-saxônico, oscilam entre a universalização do entendimento do envelhecimento ou sua individualização e subjetivização. Nota-se que o primeiro aborda uma ideia de homogeneidade do processo, levando em













consideração apenas a determinação biológica e reforçando o caráter negativo da velhice como decadência e decrepitude.

Em contrapartida, o segundo traz uma compreensão mais subjetivista, enfatizando que existe uma heterogeneidade e que o desenvolvimento do processo se dá de formas diferentes a depender da trajetória do indivíduo, o que termina individualizando o processo, desconsiderando as relações entre o singular e a totalidade. Somente a perspectiva da gerontologia social crítica vem sendo capaz de dar conta das relações entre singular, particular e universal, mostrando as diferenças e similaridades nas formas de envelhecimento conforme os marcadores de classe, gênero e raça/etnia.

Assim, ao analisar o contexto do envelhecimento no Brasil, nota-se que as mulheres chegam mais à velhice que os homens e isso se deve, em grande parte, a fatores sociais e psicológicos. Além disso, percebe-se ainda que a questão de classe também tem destaque, posto que, o envelhecimento do trabalhador se dá perpassado pelas expressões da questão social diferenciando-se do envelhecimento do seu empregador, por exemplo.

Assim, as políticas sociais como resposta à problemática social do envelhecimento, partem de uma noção homogeneizante, que escamoteia a realidade. Em relação às necessidades educacionais emergem os serviços de extensão ofertados pelas universidades, que mesmo mobilizando mulheres, de classe média, maioria branca, ainda pouco discute as diferenças no acesso e geralmente terminam reproduzindo a ideologia da terceira idade, na qual o público mobilizado adere e nega a velhice como ações de ressignificação do envelhecimento.

Conclui-se que o envelhecimento da classe trabalhadora, enquanto expressão da questão social, deve ser alvo da atuação do Estado a partir de políticas voltadas à reinserção desse público no meio social e à participação deles no contexto em que vivem. Além disso, sugere-se como complemento desse estudo, uma análise das UNATIs a partir da perspectiva de raça/etnia, pois a categoria também envolve várias













nuances que, provavelmente, interferem no contexto da inserção dos idosos nas UNATIs.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Marcela et al. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, Alexandre et al. (org). **Política nacional do idoso:** velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social Lei 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: DF, 1994.

HADDAD, Eneida. A ideologia da velhice. In: COSTA, Joice et al. **Velhices, heterogeneidade e classes sociais:** a construção do conhecimento do serviço social. Vitória: INPESS, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2021.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Trad. Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

TEIXEIRA, Solange. Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas: situando o serviço social no debate. In: PAIVA, Sálvea. **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do serviço social:** questões emergentes da prática profissional do/a assistente social. Recife: Edupe, 2021.

TEIXEIRA, Solange. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: **Argumentum**, Vitória, v.1, p. 67-77, 2009.









